



ECOWAS COMMISSION  
COMMISSION DE LA CEDEAO  
COMISSÃO DA CEDEAO

# Reforço da resiliência ao crime organizado: uma revisão das políticas

Yvon Dandurand, Lucia Bird Ruiz Benitez de Lugo, Kingsley Madueke e Oumar Zombre



Documento de políticas do OCWAR-T 1 | Janeiro de 2023

## Resumo

As abordagens centradas no Estado, que visam o reforço da resiliência ao crime organizado devem ser complementadas com respostas baseadas na comunidade e contextualizadas, com o objectivo de desafiar o crime organizado e a violência a nível local. As comunidades locais são elementos-chave da resposta necessária aos impactos desestabilizadores do crime organizado, tanto nos cenários de conflito, como nos cenários de pós-conflito. Continua a existir uma lacuna na compreensão das partes interessadas quanto aos elementos da resiliência comunitária ao crime organizado, particularmente em contextos instáveis. O presente documento de políticas toma medidas para colmatar esta lacuna, analisando os principais motores da resiliência comunitária - identificados como capital social, capacidade comunitária, papel das mulheres, capital económico e infra-estruturas - em quatro comunidades da Nigéria, Guiné-Bissau e Burkina Faso.

O presente documento de políticas baseia-se num relatório de investigação intitulado “Reforço da resiliência ao crime organizado”.

## Recomendações

- Combater a corrupção pública como um elemento-chave para a construção da legitimidade do Estado e a promoção da resiliência comunitária ao crime organizado.
- Abordar os específicos obstáculos contextuais à resiliência comunitária, geralmente incluindo a falta de coordenação entre os actores da resiliência e a falta de sensibilização do público relativamente ao impacto local dos mercados ilícitos.
- Reforçar a governação local, incluindo os mecanismos tradicionais de governação e a liderança.
- Apoiar melhores relações e cooperação entre instituições estatais, mecanismos de governação local e actores locais da resiliência.
- Apoiar as comunidades na sua cooperação com os grupos de defesa civil e outros actores de segurança não estatais, que estejam a operar a nível local e que sejam citados pelas comunidades como elementos-chave da resiliência.



**OCWAR-T**

Organised Crime: West African Response to Trafficking

## Introdução

Em largas faixas da África Ocidental, existe uma sobreposição geográfica significativa entre áreas onde as economias ilícitas florescem e regiões afectadas por situações de conflito e instabilidade. As economias ilícitas fazem parte do ambiente que permite que os conflitos comecem e perdurem. Portanto, compreender como estes fenómenos interagem com a resiliência da comunidade em contextos tão instáveis é fundamental para dar forma a respostas e reacções mais eficazes. Até à data, muitas das respostas às economias ilícitas, centradas no Estado, revelaram-se ineficazes ou mesmo contraproducentes, provocando surtos de violência ou prejudicando mesmo a legitimidade do Estado.

Há uma consciência crescente de que a inovação é necessária e que as abordagens centradas no Estado para reforçar a resiliência ao crime organizado devem ser complementadas com respostas baseadas na comunidade e contextualizadas - com o objectivo de desafiar o crime organizado e a violência a nível local. Esta abordagem deve reconhecer que as comunidades locais devem ser elementos-chave das respostas e reacções aos impactos desestabilizadores do crime organizado, inclusive em cenários de conflito e de pós-conflito.

Um dos desafios é que existe uma lacuna na nossa compreensão de como se constrói a resiliência comunitária e como esta interage na resiliência a nível estatal. Reconhecendo isto, a GI-TOC concebeu uma linha de investigação para explorar os elementos da resiliência comunitária, focando-se em contextos afectados por situações de conflito ou instabilidade. Isso complementa um conjunto crescente de evidências que exploram abordagens de consolidação da paz de uma forma ascendente, abordagens essas que se centram na resolução de conflitos locais.<sup>1</sup> O presente documento de políticas, que representa um elemento desta linha de trabalho, apresenta as principais constatações de um projecto que visa testar um quadro de análise da resiliência ao crime organizado a nível comunitário em contextos de conflito ou de fragilidade.

Até à data, muitas das respostas às economias ilícitas, centradas no Estado, revelaram-se ineficazes ou mesmo contraproducentes

A investigação consiste em estudos de campo realizados em cinco comunidades da África Ocidental: Dadin Kowa, Nasarawa Gwong e Angwan Rukuba em Jos, Nigéria; a mina de ouro de Radgo e a comunidade pastoralista do Burkina Faso;<sup>2</sup> e Pitche, na região de Gabú, na Guiné-Bissau. Os dados foram recolhidos através de discussões com grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Cada uma destas comunidades enfrenta diferentes ameaças em termos de economias ilícitas e grupos extremistas violentos e cada uma apresenta diferentes níveis de resiliência. As comunidades foram escolhidas e comparadas a fim de melhor compreender o papel e a interacção entre os principais propulsores da resiliência em contextos diferentes da África Ocidental. Publicam-se, num relatório de investigação em anexo, estudos de caso detalhados de cada uma das comunidades em estudo e publicam-se resultados mais detalhados num relatório de investigação em anexo.<sup>3</sup>

O estudo procura ajudar a esclarecer as seguintes questões:

- Como funcionam os motores da resiliência a nível comunitário e quais são os factores-chave que afectam a resiliência de uma comunidade ao crime organizado e à violência?
- Que factores permitem que a resiliência local floresça em contextos afectados por elevados níveis de criminalidade e instabilidade?
- Que factores actuam como obstáculos ao reforço da resiliência das comunidades ao crime organizado, incluindo em contextos de fragilidade e de conflito?
- O que podem os Estados e os actores internacionais fazer para construir um grau de resiliência mais reforçado a nível comunitário?

O presente estudo exploratório foi realizado em paralelo com um estudo semelhante na África Oriental, onde os estudos de campo foram coordenados no Quênia e em Moçambique. Ambos os estudos se destinam a

complementar-se, reforçando uma compreensão cumulativamente melhorada dos elementos da resiliência comunitária ao crime organizado. Ambos exploram a resiliência das comunidades em contextos em que se enfrentam graus distintos de ameaças à segurança - com algumas comunidades afectadas por insurreições, outras enfrentando criminosos urbanos e a violência de bandos e ainda outras enfrentando ameaças à segurança significativamente menores.

## Compreendendo a resiliência comunitária

A definição operacional da GI-TOC de resiliência comunitária, concebida no contexto da resiliência ao crime organizado, é a capacidade de uma comunidade de responder ao crime organizado e manter simultaneamente as suas capacidades funcionais. Refere-se à capacidade colectiva de uma comunidade de absorver a mudança, transformar e aproveitar as oportunidades de modo a melhorar as suas condições.

Os impulsionadores da resiliência comunitária e os factores relacionados com a vulnerabilidade global de uma comunidade ao crime organizado ainda não são suficientemente compreendidos. O primeiro passo foi conceber um instrumento através do qual se pudesse analisar a resiliência comunitária nas comunidades da África Ocidental. Isso foi feito em consulta com a equipa da GI-TOC, que coordenou um estudo de resiliência comunitária na África Oriental.

Fez-se uma revisão da literatura existente sobre: (1) a medição do crime organizado, utilizando principalmente o Índice do Crime Organizado da GI-TOC; (2) a avaliação da resiliência comunitária; e (3) a avaliação da resiliência comunitária em contextos específicos, ou seja: comunidades de refugiados, crises humanitárias, catástrofes naturais, alterações climáticas e recuperação pós-conflito. Também nos baseámos em projectos de investigação anteriores da GI-TOC e no trabalho do programa de resiliência da GI-TOC, que salienta a importância de se considerar o papel das mulheres na resiliência das comunidades, no contexto do crime organizado.

Resultado: cinco impulsionadores inter-relacionados, juntamente com sub-impulsionadores adicionais, de resiliência comunitária:

- Instituições estatais: apoio efectivo do Estado; governação; segurança e protecção.
- Capital social: coesão comunitária; estabilidade social; redes sociais.
- Capacidade comunitária: governação e liderança locais eficazes; governação da segurança local; comunicação.
- O papel das mulheres: participação na governação, economia e nas respostas às economias ilícitas.
- Capital económico e infra-estruturas: força da economia local, disponibilidade de recursos, infra-estruturas físicas.

Os impulsionadores estão inter-relacionados e não devem ser vistos como uma lista de prioridades.

## Constatações transversais

### Instituições estatais

Embora as abordagens centradas no Estado para combater o crime organizado, quando prosseguidas isoladamente, possam despriorizar os contextos locais, privar as comunidades dos seus direitos e ignorar o papel que elas podem e devem desempenhar no combate aos impactos negativos do crime organizado,<sup>4</sup>



*Vista da rua, em Nasarawa Gwong, famosa pelos gangues de rua.*

o Estado pode desempenhar um papel importante no apoio à resiliência comunitária. O reforço das ligações entre as estruturas estatais e as estruturas comunitárias tradicionais pode resultar em acções mais eficazes contra o crime organizado e contra os grupos extremistas violentos.<sup>5</sup>

As cinco comunidades estudadas recebem do Estado um apoio e protecção limitados. Em muitos casos, a resposta do Estado ao crime organizado, violência comunitária e extremismo violento fica comprometida e é ineficaz. Os desafios em matéria de integridade e capacidade nas instituições de aplicação da lei e justiça têm vindo também a degradar a confiança da população.

Em alguns casos - mais concretamente nos estudos de caso do Burkina Faso - as instituições estatais retiraram-se quase completamente das comunidades, como resultado, ou em antecipação, de conflitos violentos com grupos armados. Quando o Estado é incapaz de proteger uma comunidade da ameaça activa de grupos criminosos ou jihadistas, tal prejudica a capacidade da comunidade para demonstrar resiliência e tomar medidas eficazes.

Os estudos de campo sublinham a importância da colaboração entre as estruturas estatais e comunitárias, tanto ao nível da governação (por exemplo, estruturas de autoridade consuetudinárias que cooperam com funcionários locais, ou que fornecem informações às forças de segurança), como ao da segurança (incluindo no que respeita à cooperação entre as forças de segurança estatais e os grupos de autodefesa comunitários). Além disso, acentuam que, nos casos em que as instituições estatais não conseguem apoiar as comunidades na disponibilização de serviços de segurança, os actores não estatais intervêm para prestar este serviço (considerado em maior pormenor adiante).

Uma comunidade pode demonstrar resiliência, dependendo das ameaças que enfrenta, dos objectivos a alcançar e das acções a tomar

### Capacidade comunitária

Três componentes principais da capacidade comunitária são essenciais para o reforço da resiliência contra o crime organizado: os níveis de governação e liderança locais eficazes; a governação local em matéria de segurança; e a comunicação.

#### Níveis de governação e liderança locais

As coligações entre os líderes locais, sob a forma de estruturas de governação local, mitigam a vulnerabilidade dos indivíduos nos contextos afectados pela governação eficaz da criminalidade, tornando, desta maneira, a governação local mais resiliente ao longo do tempo.<sup>6</sup>

Constatação: em todas as comunidades de Jos, onde o Estado está presente e a ameaça de violência provocada pelas economias ilícitas é significativa, as estruturas de governação local desempenham um papel fundamental na formação de respostas resilientes às economias ilícitas. A resiliência face ao crime organizado depende em grande parte da medida em que os concelhos das comunidades locais (e as redes de segurança civil onde existem) mantêm boas relações de trabalho com o Estado e merecem o apoio das comunidades.

Em contraste, o estudo de campo do Burkina Faso mostra que, perante as ameaças significativas da violência armada e a ausência de uma protecção estatal eficaz, a liderança local, incluindo as autoridades tradicionais, perdem, por vezes, a sua capacidade de agir eficazmente.

### Governação em matéria de segurança local

A dinâmica da mobilização comunitária e a resposta às ameaças à segurança, observadas e reais, são complexas e fluidas, evidenciando, por vezes, linhas esbatidas entre defesa comunitária, criminalidade e uma relação ambivalente com o Estado. A organização de grupos de vigilantes é uma característica-chave das respostas das comunidades às ameaças em termos de conflitos e economias ilícitas, sendo que os grupos de vigilantes intervêm para preencher as lacunas deixadas pela ausência do Estado.<sup>7</sup>

A promoção de sinergias entre as estruturas estatais e comunitárias promove acção contra o crime organizado

Nas situações onde não há protecção do Estado, os grupos de vigilantes são a manifestação mais comum de resiliência comunitária. As comunidades, em todos os estudos de caso, mostram-se predominantemente positivas quanto ao papel dos grupos de autodefesa na atenuação das ameaças à segurança e ao crime, vendo tais grupos como um elemento-chave da resiliência comunitária.

O papel dos grupos vigilantes é complexo: podem agravar a fragilidade e a violência, por exemplo, caindo sobre as comunidades (violência, predação ou extorsão), ou alinhando com outros grupos armados não estatais; mas também podem estar empenhados em desempenhar papéis construtivos no reforço da segurança e da protecção.<sup>8</sup> Cabe notar que as definições principais de resiliência comunitária, bem como aquelas atribuídas pela GI-TOC, consagram a importância da não-violência em tais abordagens. Isso expõe uma disjunção fundamental entre as percepções comunitárias e externas da resiliência e aponta para uma melhor compreensão e engajamento com os grupos de autodefesa, como tema-chave para maior programação e estudo no futuro.

### Comunicação, informação e redes de comunicação social

A comunicação e a informação são identificadas numa série de contextos como “uma componente central da maioria, senão mesmo de todos os modelos de resiliência comunitária”.<sup>9</sup> Os espaços para uma comunicação regular e inclusiva são identificados como um elemento-chave da capacidade das comunidades. As estações de rádio comunitárias são particularmente importantes em Pitche, Gabú, onde constituem uma fonte-chave de informação e funcionam como uma plataforma para a denúncia de irregularidades relacionadas com a corrupção e actividades ilícitas. Por outro lado, a importância das redes de comunicação social, em particular o WhatsApp, sobressai nos estudos de campo no Burkina Faso, onde são fundamentais para a capacidade de mobilização das comunidades contra as ameaças.

### O papel das mulheres

A participação das mulheres nas estruturas de governação local e na tomada de decisões varia nos estudos de campo e parece ter alguma correlação com a capacidade de mobilização das comunidades como um todo. Por exemplo – no âmbito dos estudos de investigação da Nigéria, o envolvimento das mulheres nas estruturas de liderança e governação em Dadin Kowa - que em geral parecem demonstrar níveis mais elevados de resiliência comunitária – ultrapassa largamente o das outras duas comunidades. Em contraste, tanto em

Nasarawa Gwong como em Angwan Rukuba, as mulheres expressam insatisfação por serem excluídas da tomada de decisões, um elemento de marginalização e fractura social que parece ter enfraquecido a resiliência da comunidade.

## Capital económico e infra-estruturas

As cinco comunidades sobrevivem em economias frágeis e largamente informais onde, em graus diferentes, os mercados ilícitos desempenham uma função importante. Em Pitche, e na mina de ouro de Radgo, as economias ilícitas são elementos centrais da subsistência local. Aqui a economia ilícita funciona como um elemento de resiliência económica e quaisquer intervenções destinadas a abordar os mercados ilícitos têm de ser sensíveis a isso.

Quando o papel dos mercados ilícitos na promoção da resiliência económica das comunidades é ignorado na concepção de respostas, estas podem ser contraproducentes. Em áreas onde estão presentes grupos extremistas violentos, tais intervenções são particularmente perigosas, uma vez que podem conduzir ao recrutamento para grupos armados.

O acesso aos recursos que o Estado proíbe em alguns contextos torna-se parte das estratégias de recrutamento de grupos armados. Por exemplo, na Região Est, o governador ordenou o encerramento das minas artesanais em 2018, para cortar oficialmente as fontes de financiamento dos grupos terroristas. Os mineiros voltaram-se para os jihadistas, que reabriram certas minas, como a de Kabonga.

### Dadin Kowa: Um elevado grau de resiliência da comunidade às economias ilícitas

Nos cinco estudos de caso, Dadin Kowa é a comunidade que se destacou porque, apesar da sua diversidade étnica e de várias circunstâncias desafiantes, demonstra maior coesão, relações sociais pacíficas e resiliência visível ao crime organizado.

Desde o início da violência comunitária em larga escala em Jos em 2001, as relações cristão-muçulmanas em Dadin Kowa têm sido tensas. No entanto, a comunidade tem conseguido manter uma postura não violenta, mesmo quando as comunidades vizinhas ficam submersas por tumultos violentos.

Os residentes de Dadin Kowa falam orgulhosamente sobre a imagem pacífica da comunidade. Nas palavras de um residente, “temos orgulho em ser um exemplo de como viver em paz com outras comunidades”.<sup>10</sup> A paz, que figura como elemento central da identidade da comunidade é uma característica comum das comunidades que exercem um grau significativo de resiliência face aos conflitos e ao crime.<sup>11</sup>

Os principais grupos criminosos em Dadin Kowa estão envolvidos no tráfico de drogas e em assaltos à mão armada. No entanto, ao contrário das redes altamente organizadas, que operam em Nasarawa Gwong e outras comunidades de Jos, as redes criminosas são de natureza informal, horizontais e sem coordenação central.

Dadin Kowa destaca-se em termos da força da sua capacidade comunitária - em parte devido ao forte grau de governação local e às estruturas de liderança. O concelho tradicional reúne semanalmente para discutir o bem-estar e a segurança da comunidade e engaja-se estreitamente com associações de mulheres e jovens, adoptando assim uma estrutura de tomada de decisão inclusiva.

A relação entre a comunidade e os vigilantes é particularmente estreita em Dadin Kowa - e os vigilantes falam orgulhosamente sobre a cooperação e apoio que recebem dos residentes da comunidade, sendo que os residentes contribuem geralmente em dinheiro para cobrir um estipêndio mensal

que é entregue aos vigilantes. Os vigilantes têm também uma forte relação de colaboração com as autoridades policiais. Os vigilantes das outras comunidades de Jos recebem menos apoio da comunidade, e não recebem apoio financeiro da comunidade.

Cumulativamente, um nível de governação e redes de segurança fortes e inclusivos, juntamente com o papel central da paz, como elemento da identidade da comunidade, têm permitido aos residentes de Dadin Kowa evidenciar uma maior resiliência contra as ameaças enfrentadas pela comunidade – resultando assim em níveis reduzidos de tensões comunitárias a actos consequentes de violência, bem como uma menor prevalência de crimes violentos.

## Conclusão

Este estudo exploratório começa por destacar elementos-chave inter-relacionados da resiliência de diferentes comunidades às ameaças causadas por conflitos armados e por economias ilícitas.

O presente estudo confirma os resultados de investigações anteriores no que diz respeito às linhas esbatidas entre a defesa comunal, a criminalidade e mesmo a violência comunal.

A legitimidade, ou não, de cada economia ilícita dentro da comunidade deve ser plenamente compreendida, antes de se procurar apoiar possíveis respostas. Quando as economias ilícitas gozam de um elevado grau de legitimidade e fazem parte da resiliência económica das comunidades, tal deve ser tido em conta antes de se conceberem intervenções e pode determinar se as respostas baseadas em termos de desenvolvimento são mais apropriadas do que as baseadas na aplicação da lei.

No que se refere à resiliência comunitária face aos mercados ilícitos e aos conflitos armados, a resiliência a nível comunitário está ligada à resiliência nacional - nomeadamente, ao apoio do Estado na disponibilização de níveis de segurança aceitáveis. A ausência de apoio estatal eficaz na disponibilização de tal ambiente de segurança mina os esforços para reforçar a resiliência local, embora algumas iniciativas locais possam surgir. As iniciativas e os projectos emergentes devem ser identificados e fomentados, com vista a envolver o Estado nas suas actividades – na medida do viável.

## Recomendações

Procurando tirar lições práticas do estudo, com vista a uma programação mais eficaz, propomos as seguintes recomendações para reforçar a abordagem à resiliência comunitária, no combate aos impactos negativos do crime organizado e dos mercados ilícitos. As recomendações abaixo descritas são, em grande medida, interdependentes, reforçam-se mutuamente, e a sós, cada uma delas dificilmente é suficiente.

Além do mais, estas recomendações requerem um empenho sustentado, recursos consideráveis, flexibilidade e adaptabilidade. Crucialmente, devem ser dinamizadas localmente e adaptadas ao contexto específico de cada intervenção. Mesmo que estes elementos difíceis sejam alcançados, as mesmas acções podem ainda não surtir o mesmo efeito em comunidades diferentes. É necessário mais trabalho de investigação para testar e aprofundar estas recomendações e para reforçar a compreensão de como as mesmas podem ser alcançadas na prática, numa série de contextos diferentes.

- A disponibilização de protecção básica e segurança às comunidades vulneráveis que enfrentam ameaças à sua segurança é um pré-requisito para o reforço da resiliência comunitária ao crime organizado. Em alguns casos, isso pode envolver a melhoria das infra-estruturas básicas. Noutros casos, pode envolver o apoio a iniciativas estatais para melhorar os níveis de segurança local e pública, em cooperação com os líderes comunitários locais. Quando o Estado é predatório e constitui um elemento significativo do desafio à segurança, é provável que tal situação seja extremamente difícil.



*Equipamento na mina de ouro artesanal de Radgo, Burquina Faso.*

- Estratégias eficazes para combater a corrupção pública representam um elemento-chave para o reforço da legitimidade do Estado e para a promoção da resiliência das comunidades ao crime organizado. É necessário adoptar medidas para combater a impunidade e a corrupção a todos os níveis, mas especialmente a nível local, onde subvertem a confiança das comunidades nas instituições e na vontade de tais instituições de tomarem medidas para combater os impactos negativos do crime organizado.
- É importante apoiar o desenvolvimento das redes sociais conscientes e preocupadas com o crime organizado e os mercados ilícitos, na proporção da escala da ameaça. Podem desempenhar um papel crucial de controlo social informal, afirmando valores e objectivos comuns, respeito pelas regras institucionais e expectativas mutuamente acordadas.
- É necessário prestar atenção aos específicos obstáculos contextuais à resiliência comunitária, incluindo a falta de coordenação entre os actores da resiliência e a falta de sensibilização do público, relativamente ao impacto a nível local do crime organizado e dos mercados ilícitos.<sup>12</sup>
- É necessário apoiar a governação local, incluindo os mecanismos tradicionais de governação e liderança comunitária, através do reforço de capacidades e disponibilização de recursos. São necessárias intervenções incrementais para criar relações e coligações entre líderes comunitários e os actores da resiliência locais e para apoiar acções concretas.
- É importante apoiar melhores relações e cooperação entre agências e instituições de governação estatal, mecanismos de governação local e actores locais da resiliência. Isso inclui a melhoria das relações Estado-cidadãos a nível local, com base na comunicação, expectativas mutuamente acordadas, transparência e responsabilização mútua.
- É possível melhorar a segurança pública e a resiliência local ao crime organizado, apoiando os concelhos comunitários locais, os líderes tradicionais e as redes de segurança civil, onde existam, e ajudando-os a desenvolver e manter boas relações de trabalho com o Estado e a merecer o confiança e apoio das comunidades.
- Quando a programação da resiliência comunitária ocorre em contextos em que actores de segurança não estatais preenchem os espaços deixados por lacunas na presença do Estado a nível local, deve-se incluir intervenções de apoio às comunidades à medida que estas negociam expectativas e regras com os grupos de defesa civil. Isso irá mitigar os riscos inerentes a tais grupos e determinar como podem legitimamente oferecer uma protecção eficaz às comunidades.

## Notas

- 1 Ver: S Autesserre, *The Frontlines of Peace: An Insider's Guide to Changing the World*, New York: Oxford University Press, 2021.
- 2 Os resultados da investigação sobre a comunidade pastoril foram extraídos da análise global, mas não foram incorporados num estudo de caso discreto porque, ao contrário das outras comunidades em estudo, a comunidade pastoril está geograficamente dispersa e não se presta a comparação com outras.
- 3 Yvon Dandurand, Lucia Bird Ruiz Benitez de Lugo, Kingsley Madueke e Oumar Zombre, *Reforço da resiliência ao crime organizado*, janeiro de 2023, <https://issafrica.org/research/books-and-other-publications/building-resilience-to-organised-crime>.
- 4 L Bird, *Rethinking Resilience: The Role of Women in Community Responses to Organised Crime*, Geneva: GI-TOC, 2021.
- 5 L Bird, *Rethinking Resilience: The Role of Women in Community Responses to Organised Crime*, Geneva: GI-TOC, 2021.
- 6 C Arandel, DW Brinkerhoff e MM Bell, Reducing fragility through strengthening local governance in Guinea, *Third World Quarterly*, 36(5), 985-1006, 2015, <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1025741>.
- 7 Lars também identificou a organização de grupos de vigilantes como um elemento importante do papel cada vez mais proeminente desempenhado pelos actores não estatais na disponibilização de serviços de segurança na Nigéria. L Van Metre. *From Self-defense to Vigilantism: A Typology of Framework of Community-Based Armed Groups*, RESOLVE Network, 2019, <https://doi.org/10.37805/cbags2019.3>.
- 8 L Van Metre. *From Self-defense to Vigilantism: A Typology of Framework of Community-Based Armed Groups*, RESOLVE Network, 2019, <https://doi.org/10.37805/cbags2019.3>.
- 9 JB Houston, ML Spialek, J Cox, MM Greenwood, and J First, The centrality of communication and media in fostering community resilience: a framework for assessment and intervention, *American Behavioral Scientist*, 59: 2, 270–283, p 271.
- 10 Entrevista com residente de Dadin Kowa, 7 de Dezembro de 2021.
- 11 Para conferir mais exemplos de muitas outras jurisdições, veja: S Autesserre, *The Frontlines of Peace: An Insider's Guide to Changing the World*, New York: Oxford University Press, 2021.
- 12 Por exemplo, os diálogos comunitários em termos de resiliência facilitados pelo Fundo de Resiliência da GI-TOC proporcionam uma oportunidade significativa para os membros da comunidade discutirem questões e potenciais acções num espaço seguro, o qual não existiria sem apoio externo.



<b>Créditos das imagens</b>	<b>Página</b>
© Wikipedia.....	Capa
GI-TOC .....	3
© Oumar Zombre .....	7

Esta publicação é co-financiada por



EUROPEAN UNION



cooperation  
germany – ecowas

ZUSAMMENARBEIT DEUTSCHLAND – ECOWAS

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia e do Gabinete Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflecte necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha.

## Biografia dos autores

**Yvon Dandurand:** Yvon é Professor Emérito em Criminologia e Justiça Criminal, na Universidade de Fraser Valley, B.C., Canadá; investigador e membro sénior do International Centre for Criminal Law Reform and Criminal Justice Policy; e membro da Global Initiative Network of Experts.

**Lucia Bird Ruiz Benitez de Lugo:** Lucia é Directora do Observatory of Illicit Economies in West Africa, na Global Initiative Against Transnational Organized Crime (GI-TOC). Anteriormente, trabalhou como conselheira jurídica e política no Departamento de Planeamento e Desenvolvimento do governo do Punjab, Paquistão, e no Ministério das Finanças, Gana.

**Kingsley Madueke:** Kingsley é o coordenador de investigação da Nigéria, afecto ao West Africa Observatory, na GI-TOC. É professor do Centre for Conflict Management and Peace Studies, na Universidade de Jos e tem escrito extensivamente sobre a violência e instabilidade na Nigéria. É doutorado em ciências políticas pela Universidade de Amesterdão.

**Oumar Zombre:** Oumar é jornalista bilingue sénior, actualmente baseado no Burkina Faso. Exerce a sua profissão há mais de quinze anos e conquistou vários prémios e galardões jornalísticos.

## Agradecimentos

Os autores agradecem a todos os membros das comunidades que se empenharam em colaborar com a equipa de investigação e partilharam a sua experiência sobre as economias ilícitas e as situações de instabilidade. Sem as suas vozes, que estão no cerne deste documento de políticas, esta investigação não teria sido possível. Além disso, estamos gratos ao apoio prestado pelo ADIC-Nafaia, assim como a uma equipa de investigadores na Guiné-Bissau, que nos apoiaram na recolha de dados em Pitche, e aos revisores deste relatório que partilharam perspectivas inestimáveis.

Imagem de capa:

Mulheres em Kaya, Burkina Faso, amassando milho painço para preparar alimentos



**OCWAR-T**

Organised Crime: West African Response to Trafficking

Coordenado por

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Implementado por

**ISS** INSTITUTO DE ESTUDOS  
DE SEGURANÇA

**GLOBAL  
INITIATIVE**  
AGAINST TRANSNATIONAL  
ORGANIZED CRIME